



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO N.º 2, DE 2014 – CN, PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES ENVOLVENDO A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRÁS), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2014 E RELACIONADAS À COMPRA DA REFINARIA DE PASADENA, NO TEXAS (EUA); AO LANÇAMENTO DE PLATAFORMAS INACABADAS; AO PAGAMENTO DE PROPINA A FUNCIONÁRIO DA ESTATAL; E AO SUPERFATURAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS.

REQUERIMENTO N.º , DE 2014

(Dos Senhores Carlos Sampaio e Izalci)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO da Sra. **Erenice Guerra**, ex- secretária-executiva da Casa Civil da Presidência da República e ex-Ministra-Chefe da Pasta, na gestão da Presidente Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional) de regência, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO da Sra. **Erenice Guerra**, ex-secretária-executiva da Casa Civil da Presidência da República e ex-Ministra-Chefe

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito

Recebido em _____
AS _____ horas.

Guilherme Brandão

Técnico Legislativo
Matr 226.954



CONGRESSO NACIONAL

da Pasta, na gestão da Presidente Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos.

JUSTIFICAÇÃO

A revista *Veja*, em sua edição n.º 2401, veiculou, no bojo da notícia intitulada “De: Paulo Roberto Costa para: Dilma Rousseff” (anexa), quadro dando conta que o advogado Claudismar Zupiroli, que “era encarregado da defesa dos gestores da Petrobras quando o Tribunal de Contas da União começou a detectar as primeiras irregularidades na obra da Refinaria Abreu e Lima”, encaminhou mensagem eletrônica ao então chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, em 04 de maio de 2009, sugerindo que fossem indicadas ao Tribunal de Contas da União pessoas “comprometidas” ideologicamente com o governo.


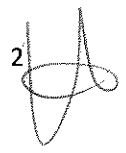
De acordo com o que escreveu, naquela ocasião, o advogado Claudismar Zupiroli, os Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge, escolhas do Congresso Nacional, não teriam sido uma boa escolha, por não se identificarem com as “práticas ousadas de aplicação de recursos que marcam este governo”. Nomear aliados seria uma medida que, a seu juízo, poderia evitar futuras inelegibilidades de “companheiros(as) em face de rejeição de contas”.

Diante disso, recomendou a indicação de Erenice Guerra, que, à época dos fatos ocupava o cargo de secretária-executiva da Casa Civil da Presidência da República e era o braço-direito da então Ministra-Chefe da Pasta, Dilma Rousseff.

Já na edição subsequente de *Veja*, é dizer, na edição n.º 2402, o periódico, sob o sugestivo título “A água está chegando ao pescoço”, publica nova matéria envolvendo *e-mail* encaminhado pelo advogado Claudismar Zupiroli (anexa), desta vez à própria Erenice Guerra.

Eis a transcrição da mensagem eletrônica encaminhada por Zupiroli na data de 29 de maio de 2007, conforme foi veiculada pela revista:

“Não me recordo se eu havia falado, mas na semana passada o TCU julgou um recurso da Petrobras e

 2 



CONGRESSO NACIONAL

manteve uma decisão que disse, a grosso modo, o seguinte: que a partir de então o Tribunal deixaria de admitir boa-fé do gestor da Petrobras na aplicação do famoso Decreto. Isso está gerando um 'voa barata' entre os gestores, com medo do recrudescimento do tribunal em cima deles. Cresce a corrente do que se recusam a assumir cargos de responsabilidade, como cresce a posição daqueles que acham que deve ligar "[ilegível]" no sentido de aplicar a Lei de Licitações, independentemente das consequências para a ação da Companhia.

A água está chegando no pescoço. E neste momento voltou-se a considerar todas as hipóteses de saídas jurídicas. Uma delas a ADC do Decreto. Outra é uma eventual proposta de uma espécie de TAC, por intermédio do MP-TCU, etc.

Claudimar Zupiroli"

Os fatos são extremamente graves e estão a demandar uma minuciosa e profunda investigação por parte desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Do exposto, reputa-se necessária a vinda de **Erenice Guerra** para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 2014.


DEPUTADO CARLOS SAMPAIO
PSDB/SP


DEPUTADO IZALCI
PSDB/DF

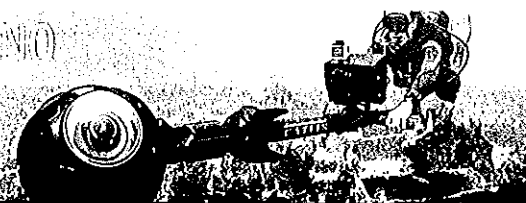

DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY
PSDB/BA

ESTAMOS TODOS INSENSÍVEIS?

Os radicais islâmicos degolam dezenas de pessoas em rituais coreografados, exibidos no YouTube, e poucos se comovem

ESPIONAGEM SUBMARIANA

Depois das cidades e até da Lula, o Google vai mapear os oceanos



ASSINANTE
R\$ 11,90

Editora ABRIL
edição 2401 - ano 47 - nº 48
26 de novembro de 2014

Seguem em anexo os dados do RECOMENDADO
paralisação de três obras do ABREU

- 1) RNEST (Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco)
- 2) REPAR (Refinaria Getúlio Vargas, no Paraná)
- 3) Terminal de graneis líquidos no Abrejo, São Paulo

veja

www.veja.com

-----Mensagem original-----
De: lucosta@petrobras.com.br [mailto:lucosta@petrobras.com.br] Em nome de: lucosta@petrobras.com.br
Enviada em: terça-feira, 29 de setembro de 2009 19:53
Para: pedro.dalcero@planalto.gov.br; gabinete@casacivil@planalto.gov.br
Assunto: TCU, FISCOBRAS 2009 - OBRAS COM RECOMENDADO
PARALISAÇÃO. Situação da REPAR, Refinaria Abreu e Lima, de graneis líquidos no porto de Barra do Riacho/L

EXCLUSIVO

De: **PAULO ROBERTO**
Para: **DILMA ROUSSEFF**

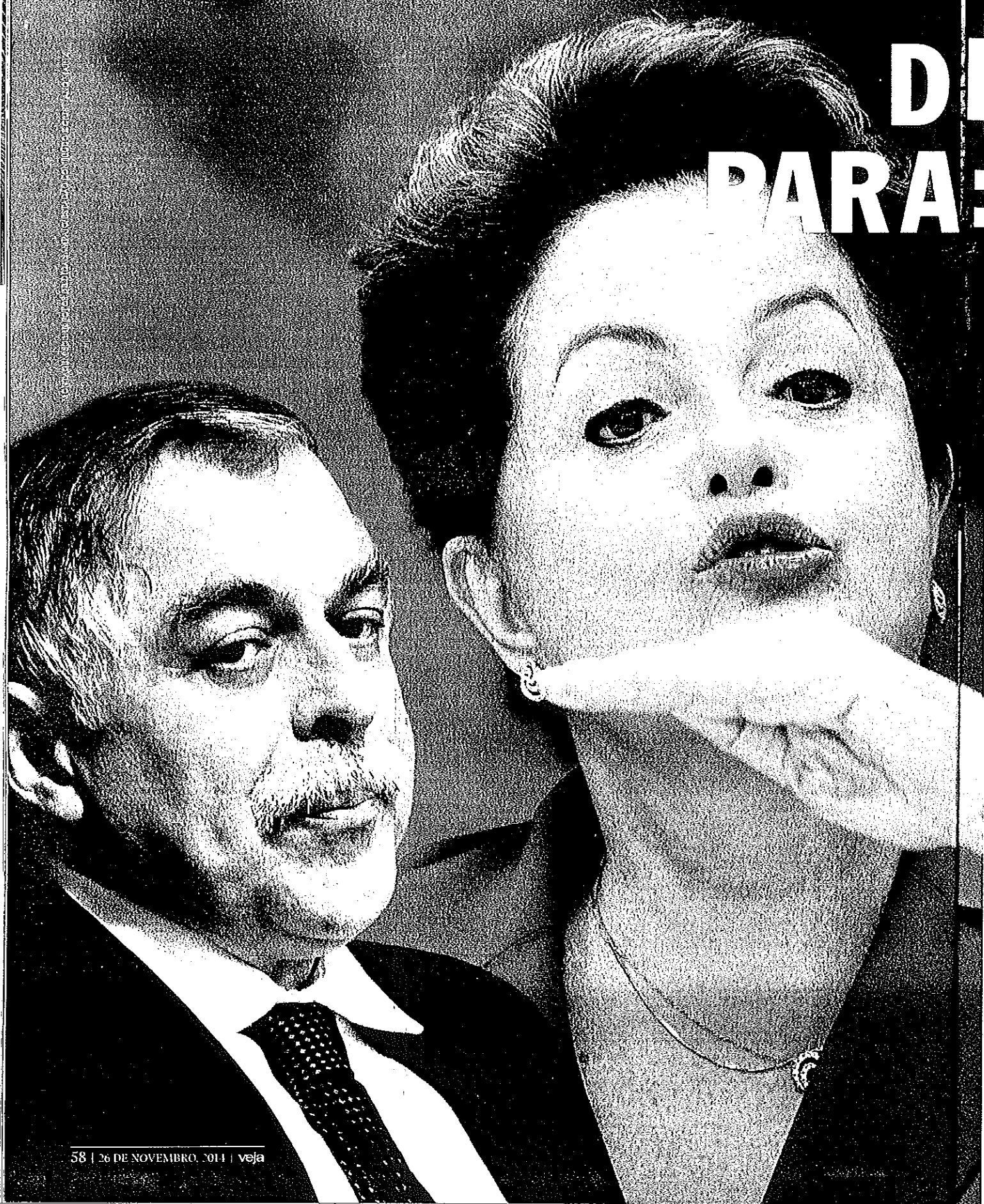
Uma mensagem eletrônica de Paulo Roberto Costa para Dilma Rousseff em 2009 indica que ela e Lula ignoraram alertas sobre irregularidades em obras da Petrobras usadas pelos corruptos do caso Lava-Jato



Palácio do Planalto

Brasil

D
PARA



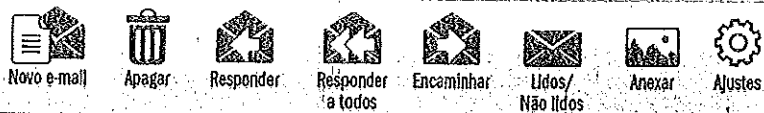
E: PAULO ROBERTO DILMA ROUSSEFF

O doleiro Alberto Youssef disse à Justiça que Lula e Dilma sabiam do esquema de corrupção na Petrobras. Agora, e-mails encontrados pela Polícia Federal em computadores do Planalto mostram que eles poderiam ter interrompido o propinoduto, mas, por ação ou omissão, impediram a investigação sobre os desvios

ROBSON BONIN E HUGO MARQUES

MENTOR

Em 2009, Dilma recebeu a mensagem de Paulo Roberto Costa que informava sobre as irregularidades encontradas nas obras que abasteciam o petróleo e sugeria uma solução política. O governo seguiu a orientação de Costa



-----Mensagem original-----
De: lucosta@petrobras.com.br [mailto:lucosta@petrobras.com.br] Em nome de pcosta@petrobras.com.br
Enviada em: terça-feira, 29 de setembro de 2009 19:53
Para: pedro.dalcero@planalto.gov.br; gabinetecasacivil@planalto.gov.br
Assunto: TCU. FISCOBRAS 2009 - OBRAS COM RECOMENDAÇÃO DE PARALISAÇÃO. Situação da REPAR, Refinaria Abreu e Lima e Construção de terminal de granéis líquidos no porto de Barra do Riacho/ES.

Senhora Ministra Dilma Vana Rousseff,

Seguem em anexo os dados do TCU (FISCOBRAS 2009) com a recomendação de paralisação de três obras do Abastecimento:

- 1) RNEST (Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco);
- 2) REPAR (Refinaria Getúlio Vargas, no Paraná) e
- 3) Terminal de granéis líquidos no Espírito Santo - Obra do Plangás (GLP).

Conforme consta na nota, os processos são preliminares, não representando a posição final do TCU, assim como o TCU está enviando a CMO (Comissão Mista de Orçamento) do Congresso Federal, a quem compete a paralisação ou não das obras.

No ano de 2007 o TCU propôs a paralisação de quatro obras da Petrobras, não tendo tal posicionamento sido ratificado pelo Congresso Nacional.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Costa

Antes de se revelar o pivô do petrolão, o maior escândalo de corrupção da história contemporânea brasileira, o engenheiro Paulo Roberto Costa era conhecido por uma característica marcante. Ele era controlador e centralizador compulsivo. À frente da diretoria de Abastecimento e Refino da Petrobras, nenhum negócio pros-

perava sem seu aval e supervisão direta. Como diz o ditado popular, ele parecia ser o dono dos bois, tamanha a dedicação. De certa forma, era o dono — ou, mais exatamente, um dos donos —, pois já se comprometeu a devolver aos cofres públicos 23 milhões de dólares dos não se sabe quantos milhões que enfiou no próprio bolso como o operador da rede de crimes que está sendo desvendada pela Operação Lava-Jato.

A CORRUPÇÃO INSTITUCIONALIZADA

O CRIME

Em acordo de delação com a Justiça, Paulo Roberto Costa confessa seu envolvimento e revela que assumiu cargo na Petrobras, em 2004, já com o objetivo de operar o esquema de corrupção envolvendo políticos aliados ao governo Lula

O ALERTA

Em setembro de 2009, o Tribunal de Contas da União detectou irregularidades na Refinaria Abreu e Lima, alertou sobre indícios de superfaturamento e manipulação de preços e pediu a paralisação da obra

A OMISSÃO

No mesmo dia, Paulo Roberto Costa envia uma mensagem a Dilma Rousseff, no Planalto, preocupado com a decisão do Tribunal de Contas. Recomenda, incluindo parecer jurídico, uma solução política para o problema. A única ação concreta da ministra foi pedir à CGU que investigasse as denúncias

A AÇÃO

O presidente Lula vetou a decisão do Congresso de paralisar as obras com suspeita de irregularidades e, assim, permitiu que o esquema continuasse operando e desviando dinheiro aos partidos do governo

A "INVESTIGAÇÃO"

Em 2012, três anos depois, a CGU anuncia o resultado da investigação iniciada em 2009 a pedido de Dilma: não investigou nada devido às divergências de procedimento do TCU

A REVELAÇÃO

Em acordo de delação, o doleiro Alberto Youssef confessa seus crimes e diz à Polícia Federal e ao Ministério Público que Lula e Dilma sabiam de tudo

FISCOBRAS 2009 - OBRAS COM RECOMENDAÇÃO DE PARALISAÇÃO

| UF | OBRA | VALOR NA LOA DE 2009 |
|----|--|----------------------|
| PE | IG-P - (PAC) Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife (PE) | R\$ 4.269.352.354,00 |

Achados com IGP ou IGR:

Contrato 0800.003308.07.2 - Projeto e execução de terraplenagem e serviços complementares de drenagens, arreamento e pavimentação (R\$ 429.207.776,71)
(IG-R) Superfaturamento - Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços, insumos e encargos). (TC 008.472/2008-3)
(IG-R) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços, insumos e encargos). (TC 008.472/2008-3)

(See attached file: Fiscobras relatório_voto_acórdão.pdf)(See attached file: RELATORIO_IGP_PARALISAÇÃO.pdf)(See attached file: JURÍDICO-JCORP-5720-07.doc)

Finalmente, ressalte-se que, em 2007, o TCU também propôs a paralisação de 4 empreendimentos da Companhia, não tendo tal posicionamento sido ratificado pelo Congresso Nacional.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

MENSAGEM Nº 41, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Razões dos votos

*A inclusão dessas obras no Anexo VI do Projeto de Lei Orçamentária de 2010 implica a paralisação delas, com prejuízo imediato de aproximadamente vinte e cinco mil empregos e custos mensais da ordem de R\$ 288 milhões, além de outros decorrentes da desmobilização e da degradação de trabalhos já realizados. Tais fatos foram salientados, inclusive, por Governadores de Estados nos quais se encontram alguns dos empreendimentos afetados.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
DIRETORIA DE AUDITORIA DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA

CONCLUSÃO

17. De todo o exposto, quanto ao acompanhamento por esta CGU da ação governamental relacionada aos empreendimentos em execução pela Petrobras, RNEST incluída, devem-se considerar os seguintes aspectos:

- Impossibilidade de monitoramento das providências adotadas pela Petrobras quanto as situações apontadas pelo TCU, pois providências não há enquanto não forem pacificadas as divergências de procedimentos e técnicas de orçamentação no âmbito da Corte de Contas;



PODER Em 2006, Paulo Roberto Costa, já operador do petróleo, reúne-se no Palácio do Planalto com o então presidente Lula, a ministra Dilma Rousseff e Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras

Foi com a atenção aguçada de quem cuida dos próprios interesses e dos seus sócios que, em 29 de setembro de 2009, Paulo Roberto Costa decidiu agir para impedir que secassem as principais fontes de dinheiro do esquema que ele comandava na Petrobras. Costa sentou-se diante de seu computador no 19º andar da sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, abriu o programa de e-mail e

pôs-se a compor uma mensagem que começava assim:

"Senhora ministra Dilma Vana Rousseff..."

O que se segue não teria nenhum significado mais profundo caso fosse rotina um diretor da Petrobras se reportar à ministra-chefe da Casa Civil sobre assuntos da empresa. Não é rotina. Foi uma atitude inusitada. Uma ousadia.

O EPICENTRO DO ESCÂNDALO

Refinaria Abreu e Lima (PE)

Orçamento inicial: 2,5 bilhões de dólares

Gasto estimado: 20 bilhões de dólares

Estágio da obra: 90% concluída

O que já se descobriu: parte dos recursos foi desviada para o PT, o PMDB e o PP, e também para a campanha presidencial de Dilma em 2010



TRISTEN REGIS/CI IMAGEM

Paulo Roberto Costa tomou a liberdade de passar por cima de toda a hierarquia da Petrobras para advertir o Palácio do Planalto que, por ter encontrado irregularidades pelo terceiro ano consecutivo, o Tribunal de Contas da União (TCU) havia recomendado ao Congresso a imediata paralisação de três grandes obras da estatal — a construção e a modernização das refinarias Abreu e Lima, em Pernambuco, e Getúlio Vargas, no Paraná, e do terminal do Porto de Barra do Riacho, no Espírito Santo. Assim, como quem não quer nada, mas querendo, Paulo Roberto Costa, na mensagem à senhora ministra Dilma Vana Rousseff, lembra que no ano de 2007 houve solução política para contornar as decisões do TCU e da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Também não haveria por que levantar suspeitas se o ousado diretor da Petrobras que mandou mensagem para a então ministra Dilma Rousseff fosse um daqueles barnabés convictos, um “caxias”, como se dizia antes nas escolas e no Exército de alguém disposto a arriscar a própria pele em benefício da pátria. Em absoluto, não foi o caso. Paulo Roberto Costa, conforme ele mesmo confessou à Justiça, foi colocado na Petrobras em 2004, portanto cinco anos antes de mandar a mensagem para Dilma, com o objetivo de montar um esquema de desvio de dinheiro para políticos dos partidos de sustentação do governo do PT. Ele estava ansioso e preocupado com a possibilidade de o dinheiro sujo parar de jorrar. É crível imaginar que em 29 de setembro de 2009 Paulo Roberto Costa, em uma transformação kafkiana às avessas, acordou um servidor impecável disposto a impedir a paralisação de obras cruciais para o progresso da nação brasileira? É verdade que às vezes a vida imita a arte, mas também não estamos diante de um caso de conversão de um corrupto em um homem honesto da noite para o dia.

O que se tem até aqui, então, pelo encadeamento lógico dos fatos e pelo que já foi revelado pela Operação Lava-Jato, pode ser resumido em quatro pontos principais, sem ser preciso recorrer a nenhuma ilação:

1. Um corrupto foi colocado na Petrobras para montar um esquema de des-

OS COMPROMETIDOS E OS INCONFIÁVEIS

O advogado Claudismar Zupiroli era encarregado da defesa dos gestores da Petrobras quando o Tribunal de Contas da União começou a detectar as primeiras irregularidades na obra da Refinaria Abreu e Lima. Na mensagem apreendida nos computadores do Planalto, ele apresenta a Gilberto Carvalho, então chefe de gabinete do presidente Lula, uma extraordinária solução para os problemas do governo: indicar para o TCU pessoas “comprometidas” ideologicamente com o governo — e recomenda Erenice Guerra, então braço-direito de Dilma Rousseff na Casa Civil. Erenice Guerra seria hoje ministra de Contas se não fosse a descoberta de que ela usava o cargo no Palácio do Planalto para facilitar negócios que beneficiavam sua família. Os ministros **Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge**, segundo ele, não se identificavam com as “práticas ousadas de aplicação de recursos que marcam este governo”. Nomear aliados poderia evitar uma futura “inelegibilidade de companheiros(as) em face da rejeição de contas”



Augusto Nardes



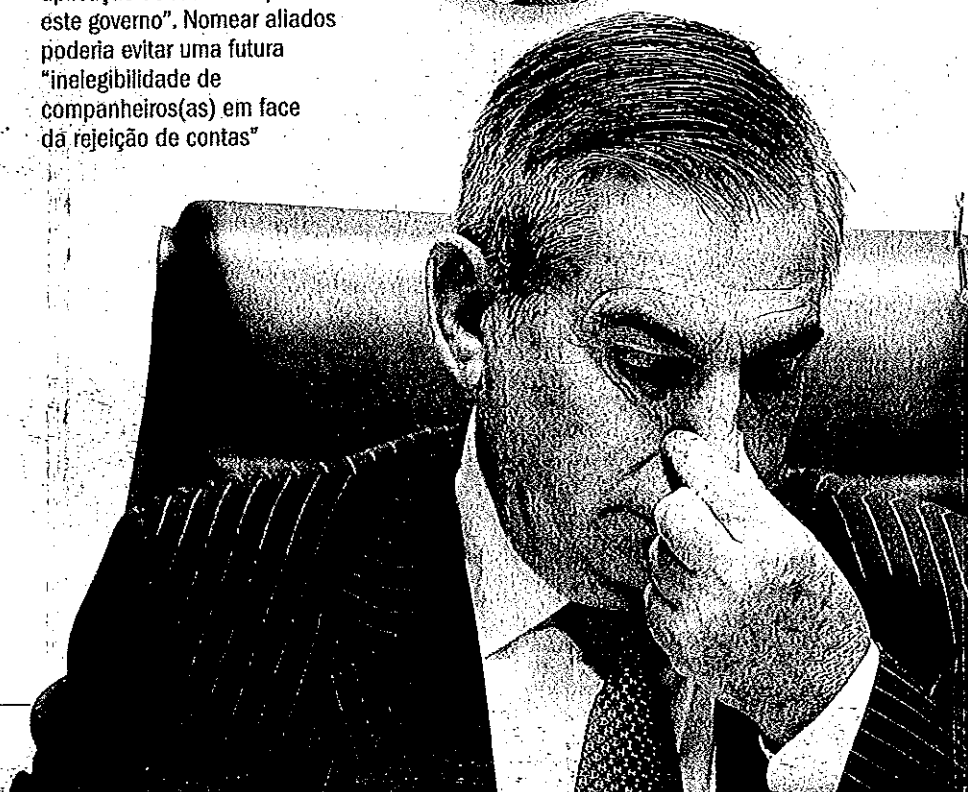
Aroldo Cedraz



Raimundo Carreiro



José Jorge



FOTOS: CRISTIANO MAIUIZ



Novo e-mail



Apagar



Responder



Responder a todos



Encaminhar



Lidos/
Não lidos



Anexar



Ajustes

-----Mensagem original-----

De: Claudismar Zupiroli [mailto:zupiroli@cz.adv.br]

Enviada em: segunda-feira, 4 de maio de 2009 12:59

Para: gabinete@planalto.gov.br

Assunto: Indicação para o TCU

Meu irmão Gilberto,

Escrevo, todavia ara expressar minha compreensão sobre a importância da Vaga no TCU.

Tenho a compreensão de que aquele espaço é fundamental e extremamente estratégico. Governos acabam e em geral os gestores ficam pendurados junto aos tribunais de contas durante muitos anos. E, com recrudescimento da Justiça Eleitoral com relação à inelegibilidade decorrente da rejeição de contas, cada vez mais os TCs têm importância maior.

Avalio que, infelizmente, as quatro últimas nomeações (Nardes, Cédraz, Carreiro e José Jorge) - escolhas do Congresso - não foram boas. Ideologicamente me parecem que não há muita diferença entre eles..., de modo que não sei até que ponto se pode contar com eles em situações futuras (não ara avaliar eventual bandalheira que alguém tenha por conta e risco cometido, evidentemente, mas para conformar práticas ousadas de aplicação de recursos que marcam esse Governo.

Penso que a próxima vaga, já que é de indicação direta do Presidente, deve ser bem aproveitada, assegurando a presença de alguém muito comprometido(a).

Isso pode fazer muita diferença no futuro, durante o julgamento das milhares de contas que ainda ocorrerão, mormente quanto às consequências advindas no campo eleitoral: inelegibilidade de companheiros (as) em face da rejeição de contas.

Mais ima vez, desculpe-me, pela ousadia.

Um abraço grande.

Claudismar Zupiroli

AÇÃO Gilberto Carvalho era o mais influente assessor do então presidente Lula. Seus palpites costumavam se materializar em indicações de ministros

OMISSÃO Em vez de esclarecer as dúvidas levantadas pelo TCU, o advogado Claudismar Zupiroli aconselhava lobby pela indicação de pessoas comprometidas com o governo

vio de dinheiro para partidos aliados do governo Lula.

2. O corrupto se mostra muito empenhado em seu ofício, que lhe permite conseguir propinas para os políticos e, ao mesmo tempo, enriquecer.

3. O corrupto se preocupa com a decisão do TCU e do Congresso de mandar cortar os repasses de recursos para as obras das quais ele, o corrupto, tirava o dinheiro para manter de pé o esquema.

4. O corrupto acha melhor alertar as altas autoridades do Palácio do Planalto sobre a iminência da interrupção do dinheiro público que alimentava o propinoduto sob sua responsabilidade direta na Petrobras.

Como se viu, não é disparatado o ditado popular que diz: "Para viver fora da lei, é preciso ser honesto". Portanto, enquanto diretor comprometido com um esquema de propinas, Paulo Roberto Costa foi honesto em dar o alerta geral de que ia faltar dinheiro público na engrenagem da corrupção.

VEJA relatou esses fatos e a interpretação que faz deles a assessores de Dilma no Palácio do Planalto e pediu uma resposta. Ela veio por e-mail: "Em 2009, a Casa Civil era responsável pela coordenação do PAC. Assim, os relatórios e acordos do TCU relativos às obras deste programa eram sistematicamente enviados pelo próprio tribunal para conhecimento da Casa Civil. Após receber do Congresso Nacional (em agosto de 2009), do TCU (em 29 de setembro de 2009) e da Petrobras (em 29 de setembro de 2009) as informações sobre eventuais problemas nas obras da Refinaria Abreu e Lima, a Casa Civil tomou as seguintes medidas: encaminhamento da matéria à CGU, em setembro de 2009, para as providências cabíveis; determina-



AÇÃO Sergio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras: segundo o Tribunal de Contas e a Comissão de Orçamento, ele dificultava o trabalho de apuração das irregularidades

ção para que o grupo de acompanhamento do PAC procedesse ao exame do relatório, em conjunto com o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras; e a participação em reunião de trabalho entre representantes do TCU, da Comissão Mista de Orçamento, da Petrobras e do MME, após a inclusão da determinação de suspensão das obras da Refinaria Abreu e Lima no Orçamento de 2010, aprovado pelo Congresso. Houve consenso sobre a viabilidade da regularização das pendências identificadas pelo TCU nas obras da Refinaria Abreu e Lima”.

Dilma ignorou as perguntas de VEJA sobre o tema principal: a mensagem de Paulo Roberto Costa para ela. Não deu nenhuma explicação. Apreendida pela Polícia Federal nos computadores do Palácio do Planalto em uma operação de corrupção, a mensagem não pode ser varrida para debaixo do tapete. Paulo Roberto se dirige a Dilma Rousseff, na ocasião também presidente do conselho de administração da Petrobras. Ele, o corrupto atualmente preso e depondo em regime de delação premiada, relata problemas e propõe solução política. E qual é a solução política? Qualquer uma que fizesse o dinheiro público continuar jorrando para as obras e, consequentemente, para o esquema de corrupção sem que a Petrobras tivesse de explicar ao TCU e ao Congresso a origem das irregularidades. Ou seja, qualquer uma capaz de impedir a abertura da caixa-preta dos negócios que Paulo Roberto Costa tocava.

À luz de tudo o que se sabe hoje sobre a corrupção na Petrobras no governo Lula, os fatos narrados até aqui pintam um quadro de extrema gravidade. Do ponto de vista da lógica mais básica, a única saída para Lula e Dilma é a mais clássica de todas as desculpas: o desconhecimento total do esquema de Paulo Roberto Costa na Petrobras, onde ele atuou honestamente fora da lei por oito anos — com Lula ou Dilma na Presidência da República.



EVARISTO SA/AFI

Essa saída tem problemas. Primeiro, o doleiro Alberto Youssef, o caixa do petróleo, disse à Justiça que Lula e Dilma sabiam de tudo. O depoimento do doleiro foi dado no regime de delação premiada, o que coloca sobre os ombros dele o ônus da prova. Se mentir, ele se complica e não terá acesso aos benefícios previstos em lei para os acusados que colaboram com a Justiça. No caso de Youssef, a delação premiada, se homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é essencial. Sem ela, só pelos crimes já capitulados, ele pode ser condenado a 300 anos de prisão. Youssef pode ter mentido mesmo assim? Pode, mas é altamente improvável que ele se tenha colocado voluntariamente em situação de tão alto risco. Segundo, Lula e Dilma teriam de ser os mais mal informados personagens da República para não saberem das atividades paralelas de Paulo Roberto Costa.

Lula o chamava carinhosamente de “Paulinho”. No dia em que Paulinho

mandou a mensagem para a ministra Dilma, Lula estava embarcando para Copenhague, na Dinamarca, para acompanhar a escolha do Rio de Janeiro como sede olímpica de 2016. Quando voltou, o presidente encontrou ainda sem “solução política” o caso da interrupção das obras da Petrobras. Deu-se então o desfecho que, como toda essa história, é suspeito à luz do que se sabe hoje, mas inócuo antes de estourar o esquema do petróleo. Lula se encheu de coragem e, pela primeira vez em uma questão orçamentária, usou seu poder de veto para passar por cima do TCU e do Congresso Nacional, reabrindo os cofres para as obras. Paulinho, claro, deve ter ficado felicíssimo com a solução dada pelo presidente. A Petrobras deu uma banana para os órgãos que pretendiam fiscalizá-la mais a fundo ou, pelo menos, receber uma mísera explicação sobre as irregularidades encontradas e como a empresa pretendia corrigi-las e impedir que viessem a ocorrer novamente no futuro.





OMISSÃO O presidente do TCU afirmou ter advertido também a ex-ministra Gleisi Hoffmann sobre as irregularidades na Petrobras. Apontada pelos delatores como beneficiária do esquema, ela nega

toriamamente por um grupo restrito de pessoas que se reunia numa sala secreta, no 19º andar do edifício-sede da empresa, no Rio de Janeiro. O procedimento normal seria a Petrobras realizar um levantamento prévio no mercado para ter um referencial de custos. Mas nem os servidores da área de licitação tinham acesso ao que era decidido pela diretoria. Diante desse enigma, os técnicos anotaram no relatório: "Nenhum dirigente da Petrobras ou qualquer outra pessoa que não trabalhe naquele andar

tem informações sobre a estimativa secreta (...) É uma completa despreocupação com custos". Não restava ao TCU outra alternativa senão recomendar à Comissão Mista de Orçamento do Congresso a paralisação imediata das obras. Quem despachava na sala secreta do 19º andar era o diretor Paulo Roberto Costa. Foi de um dos computadores daquele andar que partiu a mensagem de alerta para a ministra Dilma. A conclusão a que esses fatos conduzem é de assustadora simplicidade. Por razões que precisam ser diligentemente apuradas, Lula e Dilma usaram seu poder — ou deixaram de usá-lo — de uma maneira que, ao fim e ao cabo, favoreceu o grupo que extraía propinas de obras da Petrobras. É grave se o fizeram por desinformação sobre o que se passava nas entranhas da Petrobras. É indesculpável se delegaram a outros a apuração das denúncias — e nunca cobraram os resultados. Qualquer outra hipótese pode levar a consequências impensáveis. ■

O veto presidencial pôs uma pedra sobre o problema e ainda deu ensejo a uma mudança na lei restringindo os poderes da Comissão de Orçamento do Congresso, que só pode agora paralisar obras suspeitas caso isso não provoque "impactos sociais, econômicos e ambientais". Os corruptos do petróleo agradeceram a iniciativa, pois, e isso é incrível, a mudança na lei feita por Lula os favoreceu diretamente. Pode ser apenas mais um caso da implacável sina dos efeitos indesejáveis e imprevistos. É ótimo que obras públicas bilionárias não mais sejam paralisadas por pequenas irregularidades flagradas pelo TCU — mas, obviamente, é totalmente inaceitável que a nova lei não embute salvaguardas para evitar o favorecimento de corruptos. Castigo mesmo para os desonestos seria obrigá-los a fazer as obras, sem prejuízo das punições a que se sujeitem por desvio de dinheiro e outros crimes.

Durante oito meses, a equipe do ministro Aroldo Cedraz, que assume a

presidência da corte em dezembro, se debruçou sobre os custos de Abreu e Lima. A construção da refinaria estava ainda na fase de terraplenagem, mas os indícios de superfaturamento já chegavam aos 100 milhões de reais. A Petrobras, porém, se recusava a esclarecer as dúvidas. O ministro chegou a convocar o então presidente da companhia, Sergio Gabrielli, para explicar o motivo do boicote. Depois de lembrado que poderia sofrer sanções se continuasse a se recusar a prestar esclarecimentos, Gabrielli entregou 10.000 folhas de planilhas ao tribunal. Para a surpresa dos técnicos, as informações não passavam de dados sem nenhuma relevância.

Em uma derradeira tentativa, os técnicos do tribunal realizaram uma diligência na Petrobras. Descobriram algo ainda mais inacreditável sobre os parâmetros praticados para calcular o preço das obras: na maior estatal brasileira, não havia parâmetro algum. Os valores dos serviços eram fixados alea-

ANDRÉ PUSK/ESTADÃO CONTEÚDO



ESPECIAL INOVAÇÃO

- Teste: você é um inovador?
- O segredo por trás das mentes mais criativas da história
- Por que não existem perguntas estúpidas. Só respostas
- O fascínio dos jovens brasileiros pela matemática

19 PÁGINAS



Editora ABRIL
edição 2402 - ano 47 - nº 49
3 de dezembro de 2014

veja

www.veja.com

EXEMPLO DE
ASSINANTE
R\$ 11,90

DILMA 2.0

CAIU A FICHA!

A presidente põe na Fazenda Joaquim Levy,
especialista em gastos públicos,
cujo descontrole é a raiz dos males que
impedem o crescimento do Brasil



“A ÁGUA ESTÁ CHEGANDO AO PESCOÇO”

O advogado da Petrobras avisou o Planalto dos riscos de a estatal continuar contratando obras sem licitação apesar das sucessivas advertências do Tribunal de Contas da União sobre irregularidades

ROBSON BONIN E HUGO MARQUES

Na semana passada, VEJA mostrou que mensagens eletrônicas encontradas pela Polícia Federal nos computadores do Palácio do Planalto revelavam que o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff tiveram, em 2009, a oportunidade de interromper a ação dos corruptos que atuavam no coração da Petrobras — e a desperdiçaram. Chefe da Casa Civil do governo Lula, Dilma recebeu do então diretor de Abastecimento e Refino da Petrobras, Paulo Roberto Costa, um e-mail alertando para o risco de que obras sob sua responsabilidade fossem paralisadas por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU). Cérebro da quadrilha que desviou bilhões dos co-



Novo e-mail



Apagar



Responder



Responder a todos



Encaminhar



Lidos/Não lidos



Anexar



Ajustes

-----Mensagem original-----

De: Claudismar Zupiroli [mailto:zupiroli@cz.adv.br]

Enviada em: terça-feira, 29 de maio de 2007 17:31

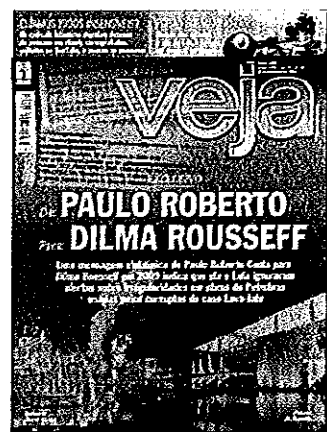
Para: Erenice.Guerra@planalto.gov.br

Assunto: oi

Não me recordo se eu havia lhe falado, mas na semana passada o TCU julgou um recurso da Petrobrás e manteve uma decisão que disse, a grosso modo, o seguinte: que a partir de então o Tribunal deixaria de admitir boa-fé do gestor da Petrobras na aplicação do famoso Decreto. Isso está gerando um "voa barata" entre os gestores, com medo do recrudescimento do tribunal em cima deles. Cresce a corrente do que se recusam a assumir cargos de responsabilidade, como cresce a posição daqueles que acham que deve ligar "a campainha" no sentido de aplicar a Lei de Licitações, independentemente das consequências para a ação da Companhia.

A água está chegando ao pescoço. E neste momento voltou-se a considerar todas as hipóteses de saídas jurídicas. Uma delas a ADC do Decreto. Outra é uma eventual proposta de uma espécie de TAC, por intermédio do MP-TCU, etc.

Claudismar Zupiroli



AÇÃO E OMISSÃO

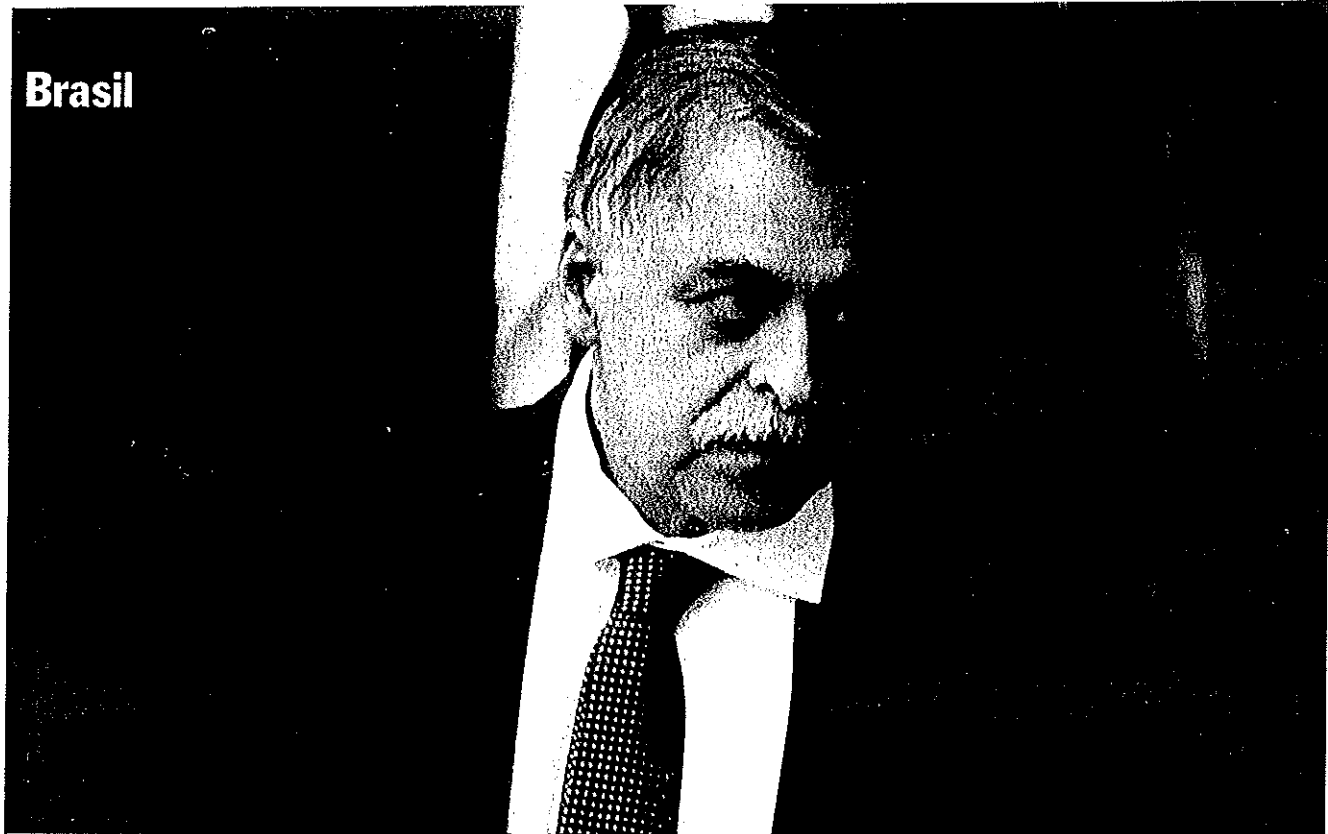
A presidente Dilma, a ex-ministra Erenice Guerra e Claudismar Zupiroli, advogado da Petrobras: mensagens mostram que o governo era constantemente alertado sobre problemas nos contratos da estatal

fres da companhia, Paulo Roberto estava preocupado com a ação dos auditores que começaram a farejar pistas da existência do cartel de empreiteiras que superfaturava contratos na estatal. Para impedir que o dinheiro paras-se de jorrar no bolso dos corruptos, o diretor sugeriu que o governo agisse politicamente para neutralizar as denúncias do tribunal. E assim foi feito. Logo depois de receber a mensagem, Dilma se pôs a criticar a iniciativa do TCU, e Lula vetou a decisão do Parlamento de interromper as obras suspeitas,

entre elas a de construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Na esteira da apuração da reportagem, VEJA perguntou à presidente, que também comandava o Conselho de Administração da Petrobras na ocasião, se era comum um diretor desconsiderar a hierarquia, dirigir-se diretamente ao Palácio do Planalto e tomar a liberdade de oferecer sugestões políticas para um problema administrativo. Dilma não respondeu. A presidente também não explicou por que o governo, em vez de atuar para sanar as irregularidades

apontadas pelo tribunal, fez exatamente o contrário. Depois da publicação da reportagem, Dilma Rousseff preferiu, em nota oficial, atacar o mensageiro. Ela acusou VEJA de manipulação. A revista só relatou fatos produzidos pelos governos de Lula e Dilma. Não foi VEJA que colocou Paulo Roberto Costa na Petrobras com o objetivo de montar um esquema de corrupção para obter recursos a ser entregues a políticos e partidos aliados do governo. Não foi VEJA que colocou o doleiro Alberto Youssef a serviço do esquema de Costa na Petrobras.

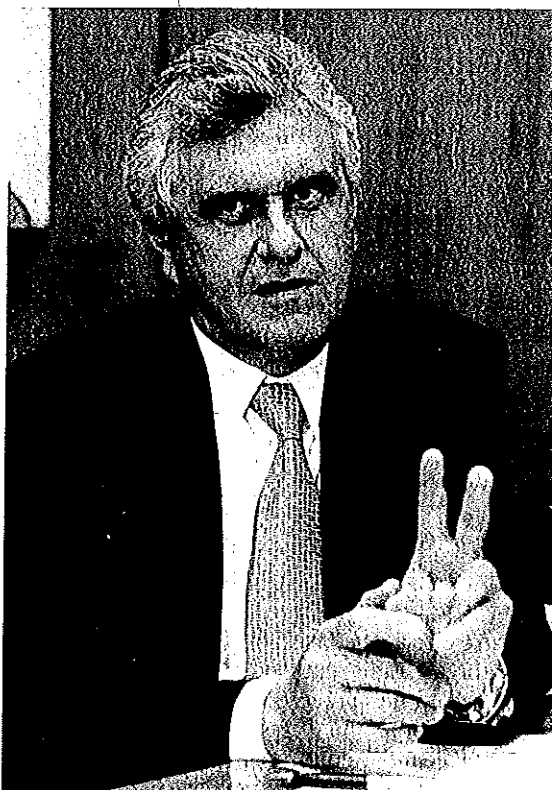


FOTOS ANDRÉ DUSEK/ISTADÃO CONTEÚDO

CONVOCAÇÃO Paulo Roberto Costa e o deputado Ronaldo Caiado: a presidente precisa esclarecer a ligação com o diretor corrupto

Quem disse que Lula e Dilma sabiam de tudo foi Youssef. VEJA apenas revelou a fala do doleiro. Portanto, não adianta esbravejar contra o mensageiro, quando é a mensagem que fere.

Em 29 de maio de 2007, o então advogado da estatal junto ao TCU, Claudismar Zupiroli, enviou um e-mail à então secretária executiva da Casa Civil, Erenice Guerra. Ele relatou sua preocupação com o fato de o TCU estar no pé da Petrobras pelo uso abusivo de um decreto que permite gastos sem licitação na estatal (leia a entrevista com o presidente do TCU na pág. 72). Zupiroli informa que há um “voa barata” entre os gestores da Petrobras, que estavam “com medo do recrudescimento do tribunal em cima deles”, por causa das contratações sem licitação. Editada em 1998 no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a norma foi idea-



lizada com uma finalidade nobre: agilizar a contratação de serviços prioritários e urgentes a fim de evitar que a estatal perdesse competitividade no mercado. Nas mãos de Paulo Roberto Costa e de outros diretores corruptos da estatal, no entanto, o decreto passou a ser

usado indiscriminadamente para dispensar a licitação em praticamente todas as obras, servindo de biombo para acobertar as maiores atrocidades patrocinadas com o dinheiro público.

É da natureza dos corruptos não se intimidar diante de leis e decretos que dificultam sua ação. Assim, não se pode ver na dispensa de licitação a única causa da transformação das obras da Refinaria Abreu e Lima no maior assalto aos cofres públicos já registrado na história do Brasil. De 2,5 bilhões de dólares, o custo da refinaria saltou para 20 bilhões. Uma parte considerável desse dinheiro foi desviada pelo esquema de corrupção liderado por Paulo Roberto na Petrobras. No relatório de 2009, o TCU alertava para a existência de superfaturamento. Informava que os negócios suspeitos eram planejados em uma sala secreta, localizada no 19º andar do edifício-sede da Petrobras. Era lá que Paulo Roberto dava expediente como diretor de Abastecimento. Dali ele redigiu a mensagem a Dilma Rousseff sugerindo a bem-sucedida intervenção do governo para que nada fosse investigado.

Zupiroli também achou por bem advertir Erenice: “Cresce a corrente dos que se recusam a assumir cargos de responsabilidade, como cresce a disposição daqueles que acham que devem ligar ‘o f.’ no sentido de aplicar a Lei de



**"Avisamos
várias
vezes"**

NÃO ADIANTOU O ministro Augusto Nardes conta que o governo foi advertido sobre obras irregulares

Licitações, independentemente das consequências. A água está chegando ao pescoço". Não há registro de que a principal conselheira de Dilma tenha tomado alguma providência no sentido de ao menos averiguar se havia algo errado. O que se viu foi que as contratações sem licitação continuaram a todo o vapor. O primeiro e-mail revelado por VEJA mostrou que o Planalto foi acionado por Paulo Roberto Costa para não deixar o TCU interromper as obras e, claro, a dinheirama sem licitação. A mensagem do advogado, bem mais explícita e eloquente, mandara o mesmo recado dois anos antes. Na semana passada, o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou requerimento pedindo a convocação de Dilma e Lula para prestar esclarecimentos na CPI mista da Petrobras. "A presidente disse que está disposta a aprofundar toda a investigação. Nada mais justo do que ela ir à CPI para esclarecer, em primeiro lugar, a acusação do doleiro e, agora, a ligação com esse diretor corrupto." O parlamentar também quer que o ex-presidente e sua sucessora expliquem como a quadrilha conseguiu se instalar na Petrobras sem que o governo percebesse. Quadrilha que, segundo os depoimentos colhidos pela polícia, também ajudou a financiar a própria campanha presidencial de Dilma em 2010 e alimentou o caixa do PT e de seus aliados.

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Augusto Nardes, diz que o governo foi avisado várias vezes sobre as irregularidades encontradas na Petrobras. Somente nos últimos dois anos, houve cerca de cinquenta reuniões na Casa Civil da Presidência da República para discutir os problemas detectados nas obras da estatal. Ele conta que advertiu pessoalmente a ministra Gleisi Hoffmann sobre a constatação dos auditores que encontraram indícios graves de superfaturamento e combinação de preços. Para o presidente do TCU, a gênese da maioria dos problemas está no mau uso do decreto presidencial que autoriza a Petrobras a contratar serviços e fazer compras fora da Lei de Licitações. O que deveria ser um instrumento de uso excepcional para dar agilidade à empresa virou a regra e favoreceu a ação de corruptos e corruptores.

O governo sabia das irregularidades na Petrobras?

O primeiro a saber é sempre o próprio auditado. Avisamos o governo várias vezes. Quando começamos uma auditoria, contatamos a direção. No caso da Petrobras, quem está administrando a empresa toma conhecimento. Fiz uma visita à presidente Graça Foster há um ano e meio e comuniquei a ela a situação preocupante de Pasadena (de acordo com o TCU, a compra da refinaria no Texas gerou um prejuízo de 1 bilhão de

dólares). A reação dela foi dizer que sabia da situação. Naquele momento já estava em andamento a auditoria do TCU. Graça Foster se pôs à disposição para dar informações. Isso já foi positivo.

E as obras que o tribunal recomendou paralisar? Em relação à Refinaria Abreu e Lima, eles tinham conhecimento há muito tempo. Lá atrás, falei com o Gabrielli (José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras), mas a reação já não foi a mesma.

O senhor disse que também avisou o Planalto sobre as irregularidades por meio da ministra Gleisi Hoffmann (chefe da Casa Civil do governo Dilma), mas ela nega. Como explica isso?

Nós comentamos o assunto em várias reuniões com a Casa Civil. Temos feito muitas reuniões, especialmente na parte de regulação, e demonstramos nossa preocupação. Mas é claro que são tantos os assuntos de que a Casa Civil trata que pode ser que não tenham dado a devida importância. Não sei dizer por que nada foi feito. Mas foi comunicado.

O escândalo da Petrobras poderia ter sido evitado? Uma refinaria que começou com um custo de 2,5 bilhões de dólares e hoje está próximo de 20 bilhões de dólares jamais poderia ter sido feita sem usar a Lei de Licitações. Abre-se uma concorrência, escolhe-se a empresa capacitada e que oferece o melhor preço. Neste ano a Petrobras investiu 84 bilhões de reais, e 60% disso foi gasto sem licitações. Isso facilita a ação de pessoas mal-intencionadas, o que a polícia está mostrando com clareza de causar espanto e indignação.

Por que o senhor é contra a declaração imediata de inidoneidade das empresas envolvidas no escândalo? Defendo a repactuação dos contratos, o que não significa que não possamos transformar a empresa em inidônea mais à frente. Tem de ser dada oportunidade de defesa. As grandes empreiteiras não podem ser impedidas de trabalhar. Os culpados têm de ser penalizados, mas não se pode acabar com a empresa. O impacto social e econômico seria muito grande.